

A REPRESENTATIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR: CONFLITO ENTRE O ESPAÇO PARA O LIXO E O ESPAÇO ESCOLAR.

Nayana Soares de Medeiros Ribeiro ¹

Sara Amelia de Oliivera Galvão ²

RESUMO

Com a relação ser humano natureza tão desgastada, pelas devastações causadas pelo último, cada vez mais nos preocupamos em trabalhar a conscientização da população para que ações desenvolvidas antes não mais aconteçam. Assim, esse estudo tem por objeto discutir a questão ambiental a partir de vivências em escolas onde as comunidades não são assistidas pelo governo de forma devida. Sendo assim, buscamos através da análise de fatos registrado, por diversos meios (notas, jornais, fotografias), a importância das questões ambientais e educacionais, que devem estar interligadas, ou seja, fazendo parte de uma das etapas da aprendizagem, como forma de alimentar a ideia de que devemos buscar novos meio para utilizar os recursos naturais e repô-los. A escola é de fundamental importância nesse processo, tendo em vista a conscientização da população, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus alunos, sendo importante que estes possam tomar decisões construtivas acerca do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente, e disseminem tal conhecimento para a comunidade.

Palavras-Chave: Educação. Cidadania. Educação Ambiental.

¹ Bióloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aluno do Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI/RN.

² Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadora do curso de Pós-graduação em Gestão e Perícia Ambiental pela UNI-RN, s_galv@yahoo.com.br

ABSTRACT

With regard human nature as being worn by the ravages caused by the last, increasingly bothered to work public awareness for actions taken before no longer happen. Thus, this study's purpose is to discuss environmental issues from experiences in schools where communities are not assisted by the government in due form. Therefore, we sought through analysis of facts recorded by different means (notes, papers, photographs), the importance of environmental and educational issues that must be interconnected, part of one of the stages of learning, as a way of feed the idea that we must seek new means to use natural resources and reset them. The school is of paramount importance in this process, with a view to raising awareness of the population, since they have a great responsibility in the civic education of their students, it is important that they can make constructive decisions about what happens and what they can do to preserve the environment, and disseminate this knowledge to the community.

Keywords: Education. Citizenship. Environmental Education.

1 INTRODUÇÃO

Ao consultarmos os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) já nos deparamos com o ponta pé inicial aos estudos da Educação Ambiental: “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente”.

É esse o intuito de se discutir a temática, tendo em vista a realidade social e econômica que envolve os alunos do ensino fundamental, objetos de pesquisa durante o desenvolvimento dos questionamentos educacionais por isso chegamos à esse recorte temático.

Mesmo cientes de que a Educação Ambiental (EA) apenas ganhou notoriedade após a implantação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, nota-se que muito pouco foi feito para que fosse estabelecida a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis da educação básica no Brasil.

Assim, após a experiência lecionando em escolas da rede pública, em que as atividades que poderiam ajudar a melhorar as questões ambientais ao entorno da escola, bem como em toda a comunidade, foi que despertei para que esse fosse meu objeto de estudo: a representatividade da EA no âmbito escolar: conflito entre o espaço para o lixo e o espaço escolar.

Para tanto, dividimos esse trabalho em 05 capítulos. A contar desse, que contém as ideias introdutórias, o segundo vem apresentando o percurso metodológico para a pesquisa. Em seguida, teremos o capítulo da fundamentação teórica, trazendo as principais discussões para embasar e direcionar os questionamentos feitos durante o estudo. Após esse, apresentamos a Análise dos Dados, em que faremos as devidas discussões sobre tudo que observamos, colhemos e conhecemos para essa pesquisa. Por fim, as Considerações Finais para finalizar as discussões.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A motivação para definir o objeto de estudo surgiu através do pragmático, ou seja, no período de dois anos lecionando em escolas públicas do Estado do RN. Foram situações de falta de infraestrutura da mais básica que direcionou a questionar uma das mais contraditórias constatações da Educação Ambiental: como inserir a interdisciplinaridade na educação e conscientizar em busca de um meio ambiente e qualidade de vida melhores?

Na teoria existem muitas opções para se tratar da Educação Ambiental, através de projetos, programas e atividades de inserção como parte do currículo para os alunos, nas diferentes modalidades de ensino. Mas, na prática isso não acontece.

Assim, após a definição do objeto de estudo desta pesquisa: a inclusão curricular da Educação Ambiental, como inclusão social, passamos a demarcar as trajetórias de nossa monografia, reconhecendo que uma pesquisa somente se constrói através das escolhas metodológicas que estabelecemos.

A primeira decisão foi à inserção de nossa pesquisa no campo dos estudos do Ensino – Aprendizagem, mas especificamente voltados para planejamento educacional e avaliação da aprendizagem, já que se busca saber o porquê da falta de inclusão da EA como tema transdisciplinar na educação de jovens e adultos. É uma pesquisa focada na observação das ações desenvolvidas e vivenciadas na escola.

Definidas as áreas e as linhas de pesquisa, a próxima escolha refere-se ao tipo de pesquisa. Devido à contextualização da pesquisa, a opção é pela bibliográfica, com abordagens em Etnografia Crítica. Falemos disso.

A experiência nos leva a optar por uma abordagem etnográfica, na medida em que se vê nos aspectos sociais, econômicos, geográficos, culturais, ideológicos dos participantes o fator prioridade para bem compreender como se dá a atribuição de sentidos ao fenômeno pesquisado.

Para que nosso objetivo central seja atendido, entendemos que nós, como observadores, devemos aliar ao conhecimento teórico às experiências pessoais, pois

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da 'perspectiva dos sujeitos', um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para "descobrir" aspectos novos de um problema. (LÜDKDE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

Sobre a abordagem etnográfica adotada neste estudo, segundo Watson – Gegeo (1988, p. 576): "propõe-se a descrever e a interpretar ou explicar o que as pessoas fazem em um determinado ambiente (sala de aula, por exemplo), os resultados de suas interações, e o seu entendimento do que estão fazendo" (*apud*, Wielewicki, 2001, p. 1). Dessa forma, a abordagem etnográfica tem um sentido próprio.

Ainda sobre abordagem etnográfica, segundo Lüdke & André (1986, p.20), "utiliza(m) uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa". Por isso, adotamos a comunicação acessível e informal com outros participantes em nossos encontros, pois, dessa forma, facilitamos a participação de todos, o que nos ajudou a gerar mais dados.

Orientados pela etnografia crítica, fomos levados, também, a recorrer a outros instrumentos que permitiram a observação participativa. Foram eles: reportagens sobre o bairro, bem como informações prestadas pelos serviços públicos locais (postos de saúde, escolas, conselhos).

Notas de campo também foram utilizadas para registrar outros fatos. Foi através dessas anotações – do que se ouviu, do que se viu, do que se vivenciou – podemos conhecer melhor os participantes e analisarmos com mais fundamentação cada intervenção, direta ou indireta. Utilizamos notas de campo do tipo descritivas, com "a preocupação de captar uma imagem, por palavras, do local, das pessoas, das ações e das conversas observadas" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.152).

Definida a travessia metodológica, é fundamental conhecermos a teoria que aborda os estudos envolvem a Educação Ambiental como proposta de inclusão social através de atividades desenvolvidas a partir da vivência na sala de aula.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1. CONCEITO

Como vem sendo discutida frequentemente a Educação Ambiental passou a ter um olhar bastante significativo devido ao fator necessidade de observar uma melhoria no mundo em que vivemos, pois os efeitos do alto consumo e da falta de cuidado com a natureza prejudicam, mesmo que lentamente, nossa qualidade de vida de um modo geral.

Assim, nos cabe a missão – enquanto educadores – de promover a aprendizagem não apenas de conceitos, mas de práticas escolares que possam ir além dos muros que limitam a comunidade e o espaço escolar.

Ou seja, a utilização do conceito correto é o primeiro passo para que as transformações venham com a prática. Com isso, vamos discutir os conceitos apresentados pelos diversos estudiosos sobre a Educação Ambiental, começando com a definição que vem de Meirelles e Santos (2005, p. 34) que afirmam ser

uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e os eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem o objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeita o saber anterior das pessoas envolvidas. (MEIRELLES; SANTOS, 2005, P. 34)

Para enriquecer ainda mais nosso estudo, apresentamos mais um conceito, de acordo Antunes (2004), onde o mesmo afirma que a EA está baseada em uma prática de educar para a sustentabilidade, ou seja, a transcrição das relações humanas com o ambiente. Mas, é também um processo constante de ajuda ao ser humano, no sentido de identificar as causas reais de problemas no ambiente. Além disso, busca para desenvolver novos conhecimentos, aptidões, atitudes, entre outros.

Ainda é possível mostrarmos as definições desse conceito com base nos estudos de Morales (2004), onde é afirmado que:

a EA é a condição básica para alterar um quadro crítico, perturbador e desordenado recheado de crescente degradação socioambiental, mas que só ela não é suficiente para tanto. Portanto, não deve ser vista como o único caminho a ser trilhado, porém ela interrompe como mais um importante caminho, de mediação entre a relação sociedade x natureza, buscando construir uma sociedade sustentável que privilegie a racionalidade e o saber socioambiental. (MORALES, 2004, p. 18)

Com esses conceitos podemos observar o quanto é importante a Educação Ambiental (EA), porém não recebe o devido respeito, pois ela deve ser compreendida como um processo em que todos são protagonistas, onde o educando possa assumir seu papel também no desenvolvimento do ensino/aprendizagem participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais que estão na sua comunidade, bem como adquirindo habilidades que o transforme em um agente, sempre respeitando os diversos meios e a cidadania.

Além desses, ainda acrescentamos um conceito vindo da Constituição Nacional Brasileira (1988), onde descreve a E. A. como

Art. 1^a Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, Lei 9.957/99, de 27 de abril de 1999)

Porém, as afirmações abaixo nos justificam o porquê de a Educação Ambiental não ser compreendida como se deve. Conforme afirmações dos PCNs (BRASIL, 1998, p. 173) observaremos isso.

Quando se trata de discutir a questão ambiental, nem sempre se explicita o peso que realmente têm essas relações de mercado, de grupos de interesses, na determinação das condições do meio ambiente, o que dá margem à interpretação dos principais danos ambientais como fruto de uma “maldade” intrínseca ao ser humano. (BRASIL, 1998, p.173).

É devido a essa falta de conhecimento que muitos utilizam o recurso de forma errônea, onde para usar de um recurso acaba-se perdendo outro bem maior, como é caso das formações de pasto em determinadas áreas da Amazônia, por exemplo. Além desses, o PCN ainda afirma que

a degradação dos ambientes intensamente urbanizados nos quais se insere a maior parte da população brasileira também é razão de ser deste tema. A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população brasileira são fatores fortemente relacionados ao modelo de desenvolvimento e suas implicações (BRASIL, 1998, p.175).

Legalmente, o Brasil determina em sua Constituição Federal (1988) que o Poder Público tem de, de fato, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, conforme nos lembra Santos (2007, p. 14). Mas, a mesma autora revela que ainda à ausência de muitas dessas ações para implantação e concretização dessa temática no ensino, mesmo a E.A tendo seu reconhecimento mundial como ciência educacional pela Unesco e Agenda 21.

A mesma legislação ainda afirma:

Art. 2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, Lei 9.957/99, de 27 de abril de 1999)

Logo, para que exista e seja desenvolvido a Educação Ambiental como método de ensino é necessário que seja feita uma relação direta com o movimento ambientalista, no sentido de entender a ecologia como uma ciência global, acrescido das preocupações com os problemas ambientais. Só assim será possível educar com o intuito de preservar o meio em que se vive (SANTOS, 2007).

Neste sentido é dever da escola garantir que os alunos possam vivenciar situações em que coloquem em prática sua capacidade de atuar. No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos aprendidos pelo que se faz e se diz em casa.

Segundo Novaes (2006) para que a Educação Ambiental avançar é necessário que a sociedade aprenda a discutir esses temas com a devida apreciação dos políticos e dos governantes, transformando-os em questões prioritárias.

Assim, Carvalho nos explica que:

Nossas ideias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar, são como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio a enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte da nossa visão a ponto esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem (CARVALHO, 2006, p. 33).

A preocupação em inserir a educação na vida do aluno, de forma pragmática, não é novidade. Da forma que vem crescendo, principalmente após a década de 70, depois dos estudos da EA para que iniciativas fossem qualificadas nas Universidades, escolas e instituições governamentais ou não, através de ações de conscientização dos setores para com as questões ambientais.

Para Edgar Morin (*apud*, GUEDES, 2006, p. 89) “se define como a articulação entre as disciplinas levando à articulação dos saberes”. Ou seja, é preciso que a EA tenha seu conteúdo visto como ferramenta de aprendizado, que seja trabalhada com motivação. Está além de conteúdos puramente pedagógicos, pois está em constante interação com o ser humano e que essa troca seja justa e positiva.

É nessa perspectiva que nos embasamos nas ideias de Dias (2004), ao afirmar que a E.A. nas escolas não pode ter seu ensinamento com caráter conservacionista - racionando os recursos naturais e mantendo um nível de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem positivamente, mas sim aquela educação onde o meio ambiente possa motivar a comunidade a mudar valores, adquirindo uma nova visão de mundo, deixando de lado essa visão conservacionista.

Ainda sobre essa discussão acrescentamos as ideias de Guedes (2006, p.87) afirmando que “[...] os sistemas educacionais com fortes tendências pedagógicas liberais tradicionais não compreendem ou não têm aceitado a Educação Ambiental como parte integrante do currículo e da vida escolar, impossibilitando, desta forma, a consolidação desta”.

São esses conhecimentos que precisam ser trazidos e debatidos nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois

universos no reconhecimento dos valores expressos por comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais.

4 A VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS: ANÁLISE DOS DADOS

Assim, a EA é um caminho cheio de possibilidades para mudança de atitudes: consciência das pessoas, principalmente dos alunos e da comunidade escolar, como ferramenta para compreender a realidade em que se vive através de um estímulo à consciência ambiental e a cidadania.

Porém, a realidade apresenta aspectos bem diferentes. Vejamos.



Figura 1: Lixo ao entorno da Escola Mun. Severino Bezerra de Melo, Mãe Luiza.

Observa-se, na figura 01, que as construções feitas em sala de aula não ultrapassam sua dimensão, no sentido de que a comunidade não está adotando medidas de saúde e higiene, bem como do reaproveitamento de resíduos, o que poderia gerar renda, já que apontam o bairro como um dos mais violentos da cidade.

Na prática, essas ideias não ultrapassam o conhecimento adquirido se não for proporcionado ao educando uma alternativa, por meio de trabalhos baseados em possibilidades e a certeza de que ele também pode fazer algo produtivo para sua comunidade.

Essa situação não se concentra apenas ao entorno da Escola, mas em toda a comunidade, como observamos nas figuras 02 e 03, abaixo.



Figura 2: Lixões nas principais ruas do bairro Mãe Luíza

Faz parte do senso comum a ideia de que quanto mais lixo nas ruas das cidades mais transtornos serão ocasionados tanto para moradores, quanto para a administração pública. Isso se dá, pois a presença desses resíduos na rua causam problemas ambientais e sanitários, bem como sociais, econômicos e estéticos.

Logo, se observa a necessidade de uma gestão adequada ao tratamento do lixo desde sua disposição com o acondicionamento correto do lixo pela população local, evitando a contaminação do solo, do ar e da água. Para além da conscientização da população a coleta deve ser efetuada regularmente com deposição correta em aterros sanitários, onde o lixo será tratado adequadamente.

Na última gestão (2009-2012) da prefeitura de Natal, puderam-se observar diversos descasos na cidade, descaso sociais, ambientais econômicos, dentre outros. Em relação ao serviço de limpeza urbana a realidade foi pior ainda, a cidade de Natal ficou entregue ao lixo. No último semestre de 2012 (Julho-Dezembro), foi elaborado uma estudo intitulado “Diagnóstico do serviço de Limpeza Pública no bairro de Mãe Luíza, Natal/RN” este estudo teve o intuito de levantar a situação atual (qualidade/eficiência) dos serviços de limpeza no bairro como: acondicionamento, varrição, capinação, coleta regular/transporte, serviços diversos (feira, praias, bocas de lobo etc) e deposição final do lixo de Mãe Luíza.



Figura 3: Acúmulo de lixo em diversos pontos do bairro Mãe Luíza.

Um dos primeiros diagnósticos apontados no Relatório foi a irregularidade na coleta, sem dias e horários definidos, nem divulgação para que a população possa estar ciente, não podendo contribuir de forma significativa, tendo em vista o não conhecimento e o efeito “prego de surpresa”. Por isso, há a formação de lixões nas ruas, como é o caso da Rua Guanabara e João XXIII.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir temática como essa se torna bastante inovador, mesmo que este seja mencionado, mas na realidade na maioria das unidades escolares. Por isso, há a necessidade de maior disseminação desse tema, tendo em vista sua importância no sentido de dar melhores condições de vida as gerações futuras que agora se desenvolvem.

Podendo ser proposta como disciplina ou até como tema transversal nas demais disciplinas, é de fundamental importância disponibilizar uma carga horária para que Educação Ambiental seja trabalhada e vivenciada pelos alunos e, conseqüentemente, pela comunidade, através de um trabalho que envolva a todos na conscientização da responsabilidade que cada um tem ao jogar lixo nas ruas, por exemplo.

Após evidência nas reportagens apresentadas nas análises, bem como a vivência nas comunidades, percebe-se que essa questão do lixo não é apenas uma falta de conscientização dessas comunidades, mas também dos governantes que não dão a devida assistência, bem como não colabora com ações que são de sua responsabilidade.

Os próprios serviços básicos já são precários, não há uma política de assistencialismo, a própria coleta de lixo é falha e a urbanização – incluindo questões de saneamento – são insuficientes.

A escola, com seu papel de formação, devem investir em ações que melhore a comunidade, mas também em atividades que chame à atenção do poder público para que as melhorias aconteçam de forma eficiente, garantindo a integridade e saúde da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Marco A.M. **Importância da Educação Ambiental**. Instituto Teotônio Vilela, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente e saúde. Brasília, MEC, 1997, V.9.

_____. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC, 1997(a).

_____. Lei 9.394/96, de 20 de dez. de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei 9.957/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de abril de 2013.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF. MEC/ SEF: 2006.

CARVALHO, V. S. de. **A Educação Ambiental nos PCNs**: o meio ambiente como tema transversal.

In: Educação Ambiental consciente. Wak editora, Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: Formação do Sujeito Ecológico. 2ª Ed. São Paulo Cortez, 2006.

_____. **Educação Ambiental Crítica**: Nomes e endereçamentos da Educação. In: Layrargues, P. P. (coord). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004.

DIAS, Genebaldo. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental**: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

LIMA, G. F. C. **Educação, Emancipação e Sustentabilidade**: Em Defesa de Uma Pedagogia Libertadora Para a Educação Ambiental. In Loureiro; Layrargues, P. P & Castro, R. S. (org). **Sociedade e Meio ambiente: A Educação Ambiental em Debate**. São Paulo, Cotez, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. Cortez, São Paulo, 2003.

MACEDO, E. F. de. **Parâmetros Curriculares Nacionais: a Falácia de Seus Temas Transversais**. In: Revista da Educação AEC, Ano 27, n. 108, p. 73 – 88, 1998.

MELLO, L. M. **A Questão do Formalismo no Discurso Oficial da Educação Ambiental**. Dissertação (Mestrado) – Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica, Curitiba, 2001.

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma Construção Participativa**. 2ª ed. São Paulo, 2005.

MORALES, A. Góis. 2004. **Educação Ambiental em Busca de uma Sociedade Sustentável**. Disponível em www.amigosdanatureza.org.br >, acesso em: 09 set 2013.

NATAL. **Mãe Luiza: conheça melhor o seu bairro** – 2012. Prefeitura Municipal da Cidade do Natal. 2012.

NOVAES, W. 2006. **Importância da Educação Ambiental**. Disponível em: www.tvcultura.com.br >, acesso em: 06 set 2008.

OLIVA, J.T.; MUHRINGER, Sonia M. **Os Parâmetros em Ação do tema Transversal Meio Ambiente**. In Educação Ambiental, curso básico à distância. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

SANTOS, Edna Maria dos; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **O educador e o olhar antropológico**. Fórum Crítico da Educação: Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <<http://www.isep.com.br/FORUM5.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. **Educação Ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2007.

SCHINKE, Gert. **Ecologia política**. Santa Maria: Tchê! 1986.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: Natureza, Razão e História**. Autores Associados, Campinas – São Paulo, 2004.